

029ª SESSÃO ORDINÁRIA 11ABR2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssima Presidente Mônica Leal, queria, antes de tudo, congratulá-la por duas questões: a condução do processo de votação dos servidores e a votação de ontem das praças e parques. Registre que este vereador, a bancada do PT, está comprometida com esse tipo de postura democrática com que V. Exa. tem conduzido esses processos.

Dito isso, queria cumprimentar o ex-governador Olívio Dutra, ex-prefeito Raul Pont, aqui presentes, e que vamos ter uma tarde de debates sobre a questão da participação popular, especialmente, dos procedimentos do Orçamento Participativo. Mas a mim, como liderança neste momento, representando os colegas Marcelo Sgarbossa, Eng^o Comassetto, Aldacir Oliboni, e eu mesmo, os quatro vereadores da bancada do PT, sou obrigado – Margarete Moraes, João Motta, que foram nossos vereadores aqui presentes, minha saudação –, a debater, a discutir os últimos procedimentos que tivemos por parte do Executivo Municipal. O Executivo Municipal marcou 24 votos a 12 na votação do projeto das praças e parques. Nós temos profundas divergências sobre o que foi aprovado, e haverá continuidade desse debate, haverá movimentos de tomada de praças e parques por parte da população. Já quero anunciar aqui que, no próximo período, sábados, domingos e sempre que possível, inclusive os aposentados, nos finais de semana, comecei um debate aqui mesmo com o pessoal do Alim Pedro, com o pessoal do Tamandaré, nós faremos atividades públicas, massivas de tomada dessas praças e desses parques. Nós vamos, desde o Parque Marinha do Brasil, passando pelo Parque da Redenção, vamos lá no Timbaúva, na praça Marlova Finger, que foi nossa secretária municipal e por isso aquela praça homenageia essa valorosa pessoa, que dirigiu a Secretaria do Meio Ambiente da Cidade. Nós estaremos nessas praças, porque é ali que a gente pode respirar o ar libertador da Cidade. O ar libertador das cidades, Robaina, vem das praças e dos parques, não vem dos condomínios murados, onde os que moram veem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

o outro como alguém de fora, e se esquecem de entender a dialética de que aquele que está na comunidade de fora olha para aquele que está murado também como o outro lado. Aqueles, como eu disse ontem, estão sempre na primeira fila, para abocanhar o que o poder público faz com o dinheiro de todos, que são as praças, os parques, a eletrificação, as ruas, as avenidas. Tudo isso é feito com dinheiro público, com o dinheiro dos nossos impostos.

Por sinal, querem começar a votar hoje, em sessão extraordinária, o IPTU. Mas antes terão que debater um tema da democracia, que é o veto a uma lei aprovada por 34 vereadores, que é a lei que regula a Lei Anticorrupção, lei federal de 2013. A lei feita por mim foi vetada pelo prefeito municipal numa manobra que não dá para dizer publicamente o que ela significa. Assim que o meu projeto bateu no Paço municipal, o prefeito copia o projeto, faz um decreto e diz que o meu projeto não tem mais serventia, porque agora tem um decreto municipal que trata da questão da Lei Anticorrupção. Isso não se faz! Eu sei que já foi feita a mesma coisa, duas vezes, com o Ver. Janta, com um projeto de sua autoria, porque está gravado numa reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Por isso lhes digo que nós estamos aqui para fazer esse debate, para fazer esse balanço, colocar todas essas questões em pauta, para que a gente possa mostrar que aqui é a casa da decisão parlamentar, aqui se discutem as leis de Porto Alegre, e o Executivo tem que cumpri-las. Para concluir, levanto um tema caríssimo que, esta semana, recoloquei para a EPTC, mas eu sei que o tema foi chupado de dentro da EPTC para o Paço Municipal, sobre a Lei Geral dos Táxis. O prefeito tem que cumprir as leis que aqui são aprovadas. A Lei Geral dos Táxis foi aprovada, nós derrubamos os 14 vetos do senhor prefeito municipal. Nós vamos organizar a família taxista, os 3.900 permissionários, seus ajudantes, seus colaboradores, suas famílias, e nós vamos parar Porto Alegre para que o prefeito cumpra essa legislação, custe o que custar. Direito é direito, e nós vamos defender sempre o Estado Democrático de Direito. E aqui, hoje, nós vamos também mostrar o quanto é importante a participação do povo. Muito obrigado, Ver.^a Mônica, pela sua condescendência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que assiste à sessão, pessoas que vieram visitar a Câmara; por sinal, Presidente, eu soube que está difícil o acesso, então, se puder facilitar a entrada na chamada Casa do Povo, seria bom.

Eu vim usar a palavra para falar de uma luta que começa agora, Ver. Cassiá. Nós estamos muito preocupados, e o médico, Ver. Goulart, eu sei que vai ser nosso aliado para impedir a privatização do HPS. O prefeito Marchezan, Ver. Goulart, eu não sei se não quer governar a Cidade, então, que entregue e faça nova eleição, porque ele quer entregar todos os serviços públicos para empresas privadas. Agora, Ver. Mendes, lá no postão da Cruzeiro, há cerca de 60 pessoas esperando atendimento porque faltam médicos, e faltam médicos pela incompetência da administração privada, que já, neste caso, foi terceirizado. A ideia de privatizar o HPS é criminosa. Isso precisa ser dito. O HPS é um hospital fundamental, é o coração da saúde de Porto Alegre. No ano passado, nós tivemos R\$ 20 milhões em investimentos, sendo R\$ 13 milhões de recursos da Prefeitura e R\$ 7 milhões da União. Nós tivemos 400 pessoas atendidas diariamente; em alguns momentos, mais de 1,5 mil atendimentos em 22 especialidades. Ali no HPS, nós temos um hospital de referência, com uma UTI de trauma pediátrico. Nós temos um hospital que é fundamental para a cidade de Porto Alegre, e o Marchezan simplesmente anuncia pelo jornal sua intenção de privatizar!

Nós, ontem, já fizemos o primeiro movimento para que a Câmara resista contra esse tipo de ação. Nós protocolamos uma Frente Parlamentar em Defesa do HPS e nós tivemos a assinatura de vários vereadores da bancada do PSB, do PT, do PSOL; do Cassiá, pelo PP; do Dr. Goulart, do PTB; do André Carús, do Padeiro. Nós queremos fazer um movimento unitário em defesa do HPS que envolva a cidadania de Porto Alegre. Nós sabemos que há muitos temas em discussão sobre essa questão da privatização. Quem tem acompanhado sabe que eu tenho também lutado contra a privatização do DMAE, que está em curso, é um desmonte que tentam fazer no DMAE. Dia 22, agora, nós teremos uma Tribuna Popular sobre a Procempa, porque também há um desmonte sobre a Procempa. Enfim, há um desmonte geral na cidade de Porto Alegre e uma tentativa de privatizações. Nós vimos, inclusive, no início do mandato do prefeito Marchezan, uma sabotagem à empresa Carris, também objeto de tentativa de privatização. Pois a Carris

pág. 3

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

reduziu nesses dois anos o seu déficit em 70%; se houve uma redução de 70%, é porque é uma boa gestão, que permite que a Carris tenha, inclusive, superávit. Mas a lógica do prefeito Marchezan também é entregar a Carris. Agora, felizmente, parece que, pelo menos provisoriamente, foi barrada pela mobilização dos rodoviários. No caso do hospital, essa mobilização tem que ser ampla, tem que ser unitária, porque o Hospital de Pronto Socorro é uma referência; e Porto Alegre é o coração da saúde. A saúde tem que ser pública.

Eu quero encerrar fazendo uma saudação especial. Eu sei que tem uma homenagem ao Orçamento Participativo, então faço uma saudação especial ao ex-prefeito e ex-governador Olívio Dutra, que está aqui entre nós, é muito importante a sua presença; ao ex-prefeito Raul Pont; aos companheiros que estão aqui do PT; velha guarda do PT; o companheiro Bira, da velha guarda do PDT; João Motta. Nós queremos conclamar o conjunto dos vereadores, independentemente de partido – e eu sei que o Dr. Goulart está na base do Marchezan, mas, no caso da saúde, não vai estar –, nós estamos juntos para defender o nosso hospital, essa luta é importante e essa luta nós temos que ganhar. É uma obrigação nossa ganhar para o bem de Porto Alegre. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente; governador Olívio Dutra; ex-prefeito Raul Pont; o nosso eterno representante do Parque da Redenção, Jakubaszko; todas lideranças que aqui se encontram; eu queria, em nome da Kelly e da Laura, saudar todos os conselheiros do Orçamento Participativo e dizer que hoje nós estamos com o atendimento da Bom Jesus ameaçado – o Ver. Roberto Robaina falou aqui de um atendimento –, porque o contrato da terceirizada venceu a meia-noite de hoje.

O secretário da saúde esteve aqui nesta Casa, e eu, usando o espaço de liderança do meu partido, questionei sobre a questão de entregar a UPA da Lomba do Pinheiro e a UPA da Bom Jesus para a iniciativa privada, filantrópica como ele diz, e se não seria em breve colocado no edital também o Hospital Pronto Socorro e o Hospital Presidente Vargas. O secretário disse que isso não lhe passava pela cabeça fazer o Pronto Socorro

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

e o Presidente Vargas, e que estariam lançando o edital exclusivamente para a Bom Jesus e para a Lomba do Pinheiro. Mas o que se vê agora é que não aparece interessado, como se a Prefeitura tivesse lançando um edital para compra de carro. Aí, não aparece ninguém, compra o carro daqui a uma semana.

Nesses dois prontos atendimentos estamos falando de vida, de pessoas que buscam o bem maior. Não pode a Cidade, em um dia, dar uma notícia boa para a população: que os recursos destinados ao atendimento à saúde até as 22 horas terão um acréscimo de 106%, que os recursos destinados ao Programa de Saúde da Família terão um acréscimo de 104% – recursos vindo da União. E aí, no outro dia, a gente vê um pronto atendimento fechando porque não tem profissionais de uma empresa terceirizada para trabalhar – o exemplo está aí. Ontem colegas disseram que é bom ter a portaria e a limpeza terceirizadas, mas não é isso que está sendo terceirizado, o que está sendo terceirizado é o meio, a função nos postos de saúde, nas unidades, que é atender as pessoas: é o médico, o enfermeiro, o atendente de enfermagem, esses é que estão sendo terceirizados. Não está se falando no serviço de limpeza, na guarda, na área de estacionamento, na manutenção, está se falando de profissionais que tratam e lidam com a vida das pessoas. Essa saída, dita moderna, hoje em dia, para baratear custos, que é a terceirização, não pode ser usada para áreas-fim, principalmente na área da saúde e da educação. Se o Município tem dificuldade de arcar com o custo... Eu perguntei ao secretário, o que reitero agora, quanto será repassado do Município para essas instituições que poderão vir a pegar os dois prontos atendimentos. Quanto será repassado do Município, acaso apareça um interessado, vindo de São Paulo, para administrar o Pronto Socorro. Por que o Município não pega outros hospitais em Porto Alegre que estão em situação difícil e chama esses consultores maravilhosos, cheios de possibilidades para resolver o problema do Hospital Parque Belém, para tentar reabrir o Hospital Maia Filho, o Hospital Lazzarotto? Esta Cidade é a única cidade no Brasil que fecha hospital, é a única cidade no Brasil que diminui posto de saúde ao invés de ampliar e avançar. Se a terceirização fosse a saída para tudo, a Justiça do Trabalho não estaria abarrotada de processos, tendo a pessoa que terceiriza sendo parceiro, sendo, pode-se dizer, cúmplice de um serviço mal prestado. Não existe mágica, se a pessoa usa a terceirização na área da limpeza, ou diminui o número de funcionários, ou, o que se vê seguidamente, não recolhe encargos, ou usa um produto que facilite o seu lucro. Todas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

as empresas visam lucros, não são filantrópicas. Todas as empresas não são franciscanas, trabalham para ganhar dinheiro. Eu volto a insistir: nós vimos recentemente o que aconteceu em Guaíba e o que aconteceu em Canoas, onde os donos das empresas e os gestores estão até hoje ou presos ou recebendo processos.

Então, nós queremos dizer que a saúde é universal, pública, gratuita e do SUS, e não é dinheiro posto fora; é dinheiro investido na vida das pessoas. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado à apresentação do resultado dos 30 anos do Orçamento Participativo em Porto Alegre.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Olívio Dutra, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul e ex-prefeito de Porto Alegre; o Sr. Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre; Sr. João Motta, ex-vereador e ex-presidente deste Legislativo; Sra. Margarete Moraes, ex-vereadora e ex-presidente desta Casa; Sr. Roberto Jakubaszko, conselheiro do Orçamento Participativo; Sr. Jorge Baldassari, conselheiro do Orçamento Participativo.

O Ver. Engº Comassetto está com palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidenta Mônica Leal, quero iniciar esta fala cumprimentando os nossos convidados de hoje nesta quinta-feira temática, que faz uma reflexão sobre os 30 anos do processo de Orçamento Participativo. Meus cumprimentos iniciais são ao Olívio Dutra, nosso ex-prefeito, ex-governador, que, na sua primeira gestão da Administração Popular, implantou em Porto Alegre o sistema do Orçamento Participativo. Quero cumprimentar o Raul Pont, ex-prefeito; cumprimentar os colegas vereadores João Motta, que foi presidente desta Casa; a colega Margarete Moraes, que foi presidenta desta Casa e a primeira mulher a assumir o cargo de prefeita municipal de Porto Alegre. Cumprimento o Roberto Jakubaszko e o Jorge Veloso, o Tim, dois conselheiros do Orçamento Participativo que aqui estão para a reflexão. Início aqui

pág. 6

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

cumprimentando os conselheiros e conselheiras que aqui estão, vários que coordenaram o Orçamento Participativo e, na pessoa do Ubiratã, cumprimento todos que tiveram o papel de serem coordenadores desse processo nas administrações que assim contribuíram. Cumprimentando o Felisberto e a Fátima que ali estão, cumprimento todos os homens e mulheres que contribuem, ao longo desses 30 anos, numa dedicação contínua para que o processo de planejamento, o processo de orçamento dê qualidade à Cidade. E quero começar por isso. O que mais ouvimos, no momento, dos governantes municipais, estaduais e federais, é que não há recursos para fazer a administração pública. E tem havido uma onda, uma postura, uma diligência, uma diretriz de dizer que o Estado tem que ser mínimo e, para o Estado ser mínimo, tiram direitos da população. Eu tenho dito aqui, nesta tribuna, quando discutimos diversos projetos que propõem concessão ou privatização, que a melhor propaganda de qualquer gestor público é ter um serviço que atenda a população com qualidade. E quando isso acontece, a população, por si só, retribui. Agora, se tiver um serviço de qualidade, e a própria população ajude a determinar quais as demandas prioritárias, ajude a fazer a fiscalização no dia a dia...

E eu quero aqui trazer uma experiência. Eu tive o prazer de vir para Porto Alegre, em 1988, quando o Olívio Dutra ganhou a administração para ajudar a coordenar essa administração. Fizemos um conjunto de atividades, e uma delas construída com a participação da temática de desenvolvimento econômico e tributação. Ali estão, as feiras ecológicas que tivemos o prazer de coordenar junto com o Olívio e implantá-las, que hoje são referência na Cidade. Essas referências são construídas porque a sociedade se apropria, a sociedade constrói, e aquilo perdura por anos e anos, com qualidade, e se torna referência na Cidade.

Logo depois, na gestão do ex-prefeito Tarso Genro, tive o prazer de coordenar o DEP, lá na Zona Sul da cidade de Porto Alegre. E a população, Ver.^a Mônica, quando fazia a fiscalização, não sabia o que era um tubo de 30 milímetros, de diâmetro de 30, de 100, o que era uma boca de lobo, o que era uma farroupilha, como é que entupia, como é que não entupia. E, com esse processo do planejamento participativo, as obras eram fiscalizadas, o dinheiro público tinha destino e era aplicado, e o retorno era a satisfação da sociedade. E esse processo se reproduziu para o mundo. Vou deixar aqui para os conselheiros trazerem esse tema.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

E nós votamos, ontem, aqui nesta Casa, um projeto que desconstituiu todos os conselhos de praças e parques, que sempre existiram, que ajudavam a fazer a gestão, a transparência e a transversalidade. Então, se nós estamos num momento de dificuldade econômica, eu falo aqui para o nosso prefeito Marchezan e para todos os gestores públicos, que nos ouçam, para concluir, Sra. Presidenta, chamem a população para ajudar a decidir os investimentos prioritários, chamem a população para ajudar a fiscalizar e o Orçamento Participativo, nesta homenagem dos seus 30 anos, que é um expoente da democracia participativa, se reproduziu para o mundo e hoje está nos cinco continentes, com experiências exitosas. E Porto Alegre, que foi o berço do processo da democracia participativa, do Fórum Social Mundial, está jogando fora uma experiência magnífica. Só não acabou com ela totalmente ainda porque há a persistência de uma militância que acredita nesse processo. E aqui então o nosso abraço e o nosso cumprimento a cada conselheiro e conselheira, a cada delegado e delegada que ainda se reúne, discute, persiste e não deixa essa belíssima construção de democracia participativa, que é o Orçamento Participativo, como uma referência de Porto Alegre para o mundo. Um grande abraço. A luta continua.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, estimados amigos: Olívio Dutra, ex-governador e ex-prefeito de Porto Alegre, bom revê-lo; Raul Pont, ex-prefeito; amigo João Motta, tivemos a honra de termos sido secretários juntos; amiga Margarete, que também tivemos belas parcerias; amigo Jakubaszko, nosso conselheiro; e o Jorge, conselheiro do Orçamento Participativo de Porto Alegre; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; são 30 anos de Orçamento Participativo e 30 anos que estou aqui na Câmara. Lá em 1989, por iniciativa do, então, prefeito Olívio Dutra, começamos aqui, na Câmara, a discussão do OP. E eu fui o primeiro vereador de oposição, na época, que defendeu, publica e claramente, o Orçamento Participativo, até por conhecimento de causa, pois a minha especialidade é finanças e orçamento. Porto Alegre teve uma expressão bastante aumentada, em nível internacional,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

graças a essa intensa participação popular. Por isso estou aqui, primeiro, para trazer um abraço aos nossos sempre prefeitos Raul Pont e Olívio Dutra, aos nossos sempre secretários, João Motta e Margarete, pois, também, fomos vereadores juntos, e ao nosso Orçamento Participativo, que é uma marca da cidade de Porto Alegre.

Apenas para constar, lá em 1989, o reboleço era grande, por quê? Porque, de um lado, os vereadores diziam que o poder de legislar sobre orçamento era da Câmara e dos vereadores, e só. Lembro-me de que eles diziam assim: “Querem tratar de orçamento, elejam-se”. E eu dizia: “Não, é a população tratando das coisas de Porto Alegre”. Por um lado, existia uma briga interessante dos vereadores contra o OP, que diziam que tiravam poderes, e, por outro lado, meu caro João Motta, tinha uma briga bastante grande do OP contra os vereadores. Qualquer metida de bico dos vereadores no processo do OP era uma gritaria sem fim. E todos nós que estamos aqui, desde aquelas épocas, sabemos bem. As coisas avançaram para o bem, para melhor, só que, lamentavelmente, hoje, as coisas, em termos de participação popular, estão piores, e isso é uma perda, e tenho dito isso, para a Cidade, porque Porto Alegre tem, sim, na expressão do seu cidadão, uma voz que opina, sugere e vota coisas para a cidade de Porto Alegre.

Portanto, fazendo essa minha pequena apresentação, quero dizer da importância da satisfação que tive de ter sido vereador juntamente com nosso ex-prefeito Olívio Dutra. Assumimos juntos, no mesmo dia, e, para mim, foi motivo de satisfação, assim como, estando na oposição, apoiar todas as iniciativas do governo do Município de Porto Alegre. Fiz isso, e tenho absoluta certeza e consciência de que acertei, porque acertamos nós, e acertou a cidade de Porto Alegre. Estamos aí para trazer um abraço a todos, cumprimentar os nossos conselheiros atuais, para levar para frente essa mensagem do orçamento, cumprimentar nosso secretário, a Presidente Mônica, nosso sempre governador e prefeito, Olívio Dutra, o Raul Pont, e trazer um abraço a vocês que estão conosco nesta tarde. Parabéns e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Jorge Baldassari está com a palavra.

SR. JORGE BALDASSARI: Boa tarde a todos. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Começo falando sobre a responsabilidade que tem o orçamento

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

participativo de Porto Alegre quando trata da vida das pessoas de Porto Alegre, através de um processo democrático e participativo, convoca a população de Porto Alegre para discutir as suas prioridades, as suas demandas. E essa população é aquela que realmente conhece Porto Alegre; aquela que levanta todos os dias com o ônibus atrasado, é aquela que levanta todos os dias e tem que pular o valo ali para não pisar dentro do esgoto com o filho; é esta população que discute a Cidade. E o que vem se falar aqui, e eu venho aqui numa fala não pedindo respeito ao Orçamento Participativo, respeito à cidade de Porto Alegre, e, sim, pedir mais respeito ao Orçamento Participativo. Pedir que o Orçamento Participativo volte a ter, Presidente, o respeito que tinha antigamente quando se tratava de nossas demandas. Tendo em vista que hoje nos nossos FROPs, a gente discute mais os serviços, coisas básicas, como já falei aqui, a limpeza. Eu moro no Extremo-Sul de Porto Alegre, e lá faz três anos que a gente não tem limpeza de valos, de arroios. E isso é o que se discute hoje no Orçamento Participativo, que parece que está perdendo aquela máxima: que é discutir serviços, que é discutir política. Ontem num FROP que estivemos, discutimos lá quando nós teríamos uma escola, que está parada, pronta, lá no extremo-sul. Outras tantas que já estão sendo demolidas, há escolas infantis que estão sendo saqueadas. Discutiu-se isso, ontem, dentro do Orçamento Participativo. Em vez de se discutir uma política de educação, se discute apenas a demanda, se discute apenas o serviço básico. E isso, acredito, afronte essa iniciativa. E, no meu ver, eu acho que esse governo teria que dar mais atenção a nós. Quero dizer que histórias infantis, regularização fundiária... o Felisberto está aqui, briga há muitos anos por regularização fundiária, e não se tem, praticamente está parado esse tema dentro de Porto Alegre. Então, fica difícil esse tema. Mas quero destacar aqui a importância do Orçamento Participativo, não somente dentro de Porto Alegre, mas no mundo todo, como o Jakubaszko tanto fala.

Para não me alongar muito, quero convidar esta Casa, os vereadores e as vereadoras, que representam esta Casa, para uma parceria mais efetiva junto ao Orçamento Participativo. Quero dizer que o Orçamento Participativo, apesar de todos saberem, vou repetir, está aberto a todos os vereadores, a todos os que quiserem participar das plenárias. O Orçamento Participativo, dentro do seu regulamento interno, está aberto para a gente ter as discussões de maneira democrática e participativa.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

Gostaria de terminar minha fala dizendo que Porto Alegre é a representação mundial do Orçamento Participativo, e este governo teria que dar um pouco mais de importância a isso. Como já foi falado inúmeras vezes, e se conhece o termo: a voz do povo é a voz de Deus. Aqui o povo está representado, e parte do povo de Porto Alegre está aqui sentada, trazendo isso, dividindo isso conosco. Vida longa ao Orçamento Participativo! Quero também dizer que, pela primeira vez, estou usando uma gravata, o Orçamento Participativo conseguiu fazer isso! A minha esposa está aqui na plateia, nem no nosso casamento usei gravata, mas o Orçamento Participativo consegue, sim, mexer com a cultura das pessoas, em particular com a minha. Foi um prazer fazer parte dessa discussão. Vida longa ao Orçamento Participativo. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Roberto Jakubaszko, conselheiro do Orçamento Participativo, está com a palavra.

SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Boa tarde a todos, boa tarde a nossa Presidenta Mônica Leal e demais componentes da Mesa, boa tarde a todos os presentes. Ao comemarmos 30 anos de Orçamento Participativo pelo mundo – é muito importante esta colocação: 30 anos de Orçamento Participativo pelo mundo! O Orçamento Participativo pulsa, hoje, mundo afora, com sucesso onde ele coloca pés e mãos. Eu pergunto: o Orçamento Participativo em Porto Alegre está bem? Dói um pouco – para não dizer bastante – na gente ver que ele estar razoavelmente engessado; isso nos cria alguns problemas.

Eu gostaria de, nesta sequência, saudar os conselheiros do Orçamento Participativo que estão presentes. Eu vi a Kelly e a Laura, que estavam aqui – sumiram, parece que evaporaram, não estão mais ali –, nós temos ali o Felisberto, o Dilmair, o Assis, que fez parte desse processo, o Bira; mas, além deles, há um vereador nesta Casa que foi conselheiro do Orçamento Participativo na temática da qual eu faço parte hoje, que é o Eng^o Comassetto. O Comassetto foi conselheiro do Orçamento Participativo na temática de desenvolvimento econômico. É importante essa luta toda que nós temos.

Agora, quando se fala no Orçamento Participativo, uma coisa tem que ficar bem clara a quem interessar possa: o Orçamento Participativo pertence à população da região em que ele está sendo operacionalizado, ele não pertence a nenhum governo, a nenhuma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

coordenação. Os conselheiros elegem a coordenação para simplesmente representá-los, para fazer aquela ponte com o governo, para tratar e vir discutir com os demais conselheiros do processo do Orçamento Participativo. Às vezes, cria um incômodo para nós, porque, muitas vezes, as coisas vêm prontas, vêm engessadas. E a pergunta é: por que isso ocorre? O Legislativo é legítimo para propor isso. São três os Poderes. O Montesquieu quase enlouqueceu tentando equilibrar Judiciário, Executivo e Legislativo, e parece que não conseguiu. Hoje, nós temos problemas dentro do Orçamento Participativo. Nós temos que ter mais diálogo, conversar, perguntar para a população; a população é que sabe. Como é que eu vou mandar um técnico num lugar qualquer em Porto Alegre para ele fazer um trabalho, uma pesquisa na região sem falar com um nativo de lá? Não tem como. Quem conhece a região é quem mora lá, quem trabalha lá, e esse é o debate que a gente produz dentro do Orçamento Participativo. Então, há poucos dias, veio a Porto Alegre o Nelson Dias, de Portugal, um dos mosqueteiros do Orçamento Participativo pelo mundo, ou seja, da democracia participativa, assim como o Yves Cabannes; o Allegretti, da Itália. De certa forma, parece que há um boicote em relação à presença dessas pessoas. Eu fiquei impactado, hoje, com um movimento... Está errado fazer esse movimento que está se fazendo hoje, essa colocação. Por que isso? O Orçamento Participativo não tem essa culpa; a gente tem que aliviar um pouco o nosso ego. Passa na farmácia, compra um anti-inflamatório e resolve o problema. Tem que discutir com a comunidade, participar das reuniões, ir lá, reclamar, essa é a finalidade. Se quer avançar no processo, discute com o Executivo; tem alguma discordância, vem ao Legislativo, e por aí vai, se tem mais discordância, vai para o Judiciário. Enfim, nós temos que trabalhar em conjunto. Não existe nada de beijar a mão, de pedir, dá licença, seja lá para quem for. A soberania do Orçamento Participativo pertence a quem participa do processo do Orçamento Participativo. E todo mundo que coloca o pé dentro do Orçamento Participativo tem o direito à fala, ele pode falar, pode dizer o que pensa, o que sente; não vai votar, mas pode falar. Essa é a nossa função; esse é o nosso objetivo. Isso é o Orçamento Participativo, que completa 100 anos pelo mundo. O berço foi Porto Alegre, mas o aniversário é do mundo, do planeta, da mãe terra, que nós estamos destruindo, não só na área ambiental, em todas as outras áreas, inclusive, parece que por dentro da própria Casa; dizem que casa de ferreiro, o palito é de pau, e vice-versa. Então, nós estamos com alguns problemas dentro do Orçamento Participativo, mas nós vamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

tratar, vamos operacionalizar isso e conversar com todos. É importante, pois, sem diálogo, não há solução.

Então, como o nosso tempo está terminando, e se tem alguma coisa que Orçamento Participativo ensina para a maioria dos que por lá passam, é cuidar do tempo, isso é um pilar do Orçamento Participativo. Esgotou o tempo, a gente reconhece que o tempo está terminando, agradece a todos. Muito obrigado pela presença de todos, e ninguém manda no Orçamento Participativo, quem manda somos nós. Obrigado, senhores e senhoras. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. RAUL PONT: Boa tarde a todos e todas. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu queria cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras desta Casa e parabenizá-los pela iniciativa de registrar nesta sessão especial os 30 anos da experiência do Orçamento Participativo de que Porto Alegre praticou durante muito tempo. Essa experiência tornou Porto Alegre uma referência mundial. Cada vez que nós éramos convidados – como prefeito, vice-prefeito, parlamentar ou deputado – para viagens na América do Sul, na Europa, quando se falava em Porto Alegre, a primeira referência era o Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial. Nós criamos uma marca.

Há menos de um mês, já foi citado aqui, o autor, um pesquisador, um investigador português esteve em Porto Alegre, a convite organizado por alguns conselheiros, no Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a apresentação do seu livro, que infelizmente não está ainda traduzido no Brasil: Esperança Para a Democracia. Na sua exposição sobre o livro, Nelson Dias registra a importância e o papel que isso teve para a cidade de Porto Alegre. Ele disse que aquilo que nós começamos aqui hoje está presente em todos os continentes, e são milhares as comunidades, as municipalidades ou governos regionais que aplicam de uma forma ou de outra, com pequenas variações, em função da estrutura administrativa, da experiência política que cada país tem. O Orçamento Participativo nunca foi uma receita de bolo, nunca foi algo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

que quiséssemos exportar como imutável para outras realidades. Não! A experiência do Orçamento Participativo tinha elementos básicos que eram a formação da cidadania, a soberania da decisão, o caráter deliberativo, vinculante ao orçamento público. Esses elementos são os que devem ser perseguidos como aqueles elementos que são chaves para essa experiência. Mas, no final da apresentação, nós tivemos a tristeza de ouvir do próprio investigador Nelson Dias que, se somos responsáveis por uma experiência tão rica, tão importante, que se estendeu nos cinco continentes, terminou a sua locução dizendo que nós deixamos de ser referência na experiência de democracia participativa. Porto Alegre não é mais uma referência nesse processo, e esse processo avança com redes que se formam em cada país, procurando aperfeiçoar, avançar, desenvolver numa perspectiva de democracia participativa, que hoje é reivindicada em todas as sociedades democráticas do mundo. Nós vimos as explosões de manifestações massivas na Espanha, na França, experiências também vividas em outros lugares, como na Tunísia. Essas experiências vividas diretamente, às vezes, sem uma clareza de direção, mas, principalmente, com uma palavra de ordem, que identifica que não estão mais contentes, entendem que a experiência representativa dá conta de todos os problemas que uma gestão administrativa ou uma gestão democrática tem para enfrentar. É isso o que eu acho que é o mais importante nessa experiência. É triste ouvirmos de um investigador que, há décadas, estuda e acompanha essa experiência em todo o mundo, é acompanhado por figuras ilustres, como Boaventura de Sousa Santos, em Portugal, também um grande embaixador da nossa experiência, vivenciou conosco algumas dessas reuniões... Na França, tivemos prefeitos, como em Saint Denis, e outras municipalidades que se transformaram em uma referência nos seus países por terem socializado a experiência vivida em Porto Alegre.

Seguidamente se ouve o argumento de que o orçamento aqui se burocratizou por mudanças no regimento interno, não tinha mais aquela tendência de facilitar a participação, de ampliar a participação, de renovar permanentemente a participação, e que um outro elemento importante para isso é não ter dinheiro. Minguaram os recursos dos orçamentos do Estado, da União, dos municípios, como se a experiência da democracia participativa fosse restrita a uma mera alocação de recursos sem que as pessoas tivessem a responsabilidade, o dever de, junto com a sua decisão soberana, compreender como funcionam os orçamentos, compreender como funciona a relação

pág. 14

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

num Estado federado entre municípios, entre os entes federados, o Estado, a União. Impostos são arrecadados; para onde vão esses impostos? Essa é a verdadeira tendência que deve ter uma experiência de participação direta que nós praticamos aqui. Não é correto dizer que se abandona uma experiência dessas. Ora, se não tem recursos, nada melhor do que o prefeito, o governador... Nunca tivemos uma experiência semelhante desse tipo praticada no País, apenas durante alguns anos se investiu em experiências temáticas, através dos conselhos que já existem, que são regulados pelas leis orgânicas, pelas constituições dos estados, pela Constituição federal também, que são os conselhos municipais da área da saúde, da educação, esse conjunto da assistência social e assim por diante. A cidadania tem que ser chamada não apenas para estabelecer o gasto prioritário de acordo com o seu interesse, a sua vontade, a sua necessidade, mas também para compreender e trazer para as casas que podem alterar e decidir tributos, que podem alterar e decidir recursos públicos de uma outra forma, para que todos possamos mudar, nessa relação de construção de uma outra forma mais participativa, mais atuante, e eu não tenho nenhuma dúvida de que ultrapassa a mera representação. Hoje, os sistemas partidários, os sistemas de representação no mundo inteiro estão sendo questionados. Essa experiência que nasceu em Porto Alegre é, sem nenhuma dúvida, a mais rica experiência para nós pensarmos também outras formas de institucionalidade, outras formas de envolvimento. Nós temos certeza que, com isso, nós iríamos estar diminuindo processos de corrupção ou até acabando com eles. Nós estaríamos diminuindo gastos ociosos, diminuindo gastos que muitas vezes são malfeitos, que não tiveram a observação e a participação, como deve ter qualquer gasto público, de centenas e milhares de pessoas.

Então, senhores vereadores, senhoras vereadoras, mais uma vez eu queria deixar aqui o meu agradecimento pessoal, mas não é da minha pessoa que se trata, é da justa homenagem que esta Casa presta a uma experiência que não morreu, que não pode morrer e que precisamos recuperar com soberania de decisão, recuperar com recursos e com a participação direta da população, para também enfrentar o problema de uma nova distribuição dos tributos e dos recursos públicos. Obrigado. Boa tarde. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É uma tarde de festa, mas preciso fazer um registro de que a Câmara deveria estar contando com a presença de muitos outros vereadores, ou quase todos aqueles que pudessem estar. Faço este registro para colocar esse ponto já levantado pelo Jakubaszko. Quero parabenizar o companheiro Comassetto pela iniciativa e pela articulação dessa justa homenagem.

O Ferronato não está aqui agora, mas a fala dele foi muito simbólica; como um vereador de oposição, ele apoiou desde o início o Orçamento Participativo. Acho que essa é uma fala exemplar de quem sabe de que lado está o bem comum de uma sociedade, não só nas gestões populares. Quando o Fogaça ganhou a eleição fez questão de dizer, na sua propaganda e no seu plano de governo, que “o que está bom fica”, e estava ali a imagem do Orçamento Participativo. Depois dele, o Fortunati, também valorizando o Orçamento Participativo, frequentava as reuniões do Orçamento Participativo, ouvia diretamente a população nas suas plenárias. Depois, como o nosso ex-prefeito falou aqui, houve um processo de engessamento contínuo de prazo para inscrições; nem todo mundo mais pode falar; permite reeleição, ou seja, uma continuidade naquilo que deveria ser uma constante oxigenação nos conselheiros e nas pessoas que podem falar e participar do Orçamento Participativo. Eu lembro muito bem uma frase do nosso ex-prefeito Raul Pont, que disse – não me lembro, Raul, em qual contexto você falou isso, mas escutei de ti – que, Ver. Roberto Robaina, vereadores Hamilton Sossmeier, Paulinho Motorista, Alvoní Medina, José Freitas, não decidia um metro de asfalto enquanto foi prefeito de Porto Alegre, porque as decisões vinham do Orçamento Participativo. Cabia ao gestor momentâneo entender e dar total autonomia às decisões que vinham do Orçamento Participativo. É aquela frase célebre que o nosso mestre Olívio Dutra continua dizendo, sempre, nas suas falas: tornar as pessoas sujeito e não objeto da política.

Então, esta é a linha que facilita para o gestor. E, como disse bem aqui o Raul, a posição de dizer que não tem recursos e, portanto, não deveria ter, sequer, reuniões do Orçamento Participativo, como foi o início da gestão do governo Marchezan, não cabe em alguém que entende que a participação popular deve enfrentar, inclusive e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

eventualmente, se não há recursos para investir, Ver. João Bosco Vaz. Se não têm recursos, a democracia, como acabou de dizer o Raul, não termina. Aliás, é um grande aprendizado no processo democrático discutir para onde estão indo os recursos, porque têm poucos recursos e assim por diante.

A minha história, pessoal, de militância política é muito vinculada ao Orçamento Participativo. A primeira pessoa que eu conheci vinculada ao Partido dos Trabalhadores foi Antônio Matos, quando, em 1999, foi na minha cidade Lagoa Vermelha, falar sobre o Orçamento Participativo na Câmara Municipal. Nós estávamos em apenas três pessoas para ouvir Antônio Matos lá na minha Lagoa Vermelha.

E eu também – o próprio Ver. Aírto Ferronato disse da grandiosidade internacional do Orçamento Participativo – pude testemunhar pessoalmente isso. Num período, quando ciclista profissional, vivi na Itália e alguns anos depois voltei para fazer o mestrado. Me candidatei em diversas universidades, Ver. João Bosco Vaz. Quando me candidatei ao mestrado em análise de políticas públicas na universidade de Turim, fui aceito. E eu não entendi se era por conta do meu currículo, meu currículo modesto, mas quando cheguei na primeira aula, o professor Luigi Bobbio, filho do sempre conhecido Norberto Bobbio, me cumprimentou e disse: bem-vindo, prepara uma aula sobre o Orçamento Participativo. E aí eu entendi que eu só tinha selecionado para aquele mestrado porque estava no meu currículo que eu era um cidadão militante e de Porto Alegre. Esse é um exemplo pessoal, permitam-me, para mostrar para vocês a grandiosidade de uma experiência democrática que está, sim, a perigo, mesmo mantida dessa forma, mesmo mantida do ponto de vista formal, ela requer um contínuo processo de oxigenação e de aperfeiçoamento e, de novo, citando o Raul, não é apenas a experiência do Orçamento Participativo, ele não precisa ser o único instrumento de participação popular, há inúmeras outras técnicas de abertura para a população participar. Hoje, as modernas técnicas de planejamento urbano não dispensam a participação; então, saudamos o Orçamento Participativo, que é a semente para a participação e melhoria da nossa Cidade, agora e no futuro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, caríssimos visitantes, a quem pude cumprimentar, colegas vereadoras, vereadores, em boa hora nosso colega Ver. Eng^o Comassetto propõe esta quinta temática. As nossas quintas-feiras têm sido, em alguns momentos, espaços importantes de debates de temas da Cidade que servem para as pessoas. Discutir o Orçamento Participativo é discutir as pessoas, discutir direitos, direitos elementares, subjetivos, como a busca da felicidade, através de uma saúde adequada, de uma educação à altura, do lazer - que querem nos tirar -, do entretenimento, da leitura e da paz, do fim do medo, do fim de algumas preocupações que poderiam ser evitadas se os poderes públicos trabalhassem em uníssono com a população. Toda questão da participação popular que, muitas vezes, nesta Casa, Ver. João Bosco, foi colocada em confronto com a participação e a representação do parlamento, são grandes equívocos. Em 1215, quando, na Inglaterra, se colocou o Rei João Sem-Terra, não na parede, mas na cerca: não pode fazer o que está fazendo sem consultar esse conselho; conselho que era o início do parlamento, Margarete, e o quanto era importante. E lá se dizia que não poderia ter nenhum julgamento sem o devido processo legal. Isso em 1215. Assim começou um tipo de participação efetiva da sociedade, ainda muito restrita, como era na ágora grega; não era essa questão de todo mundo vai para praça e participa, até porque o povo não tinha esse direito. Hoje, depois de alguns avanços, e principalmente os avanços do iluminismo, Raul Pont, nós vimos a importância que se deu para a pessoa, para a dignidade da pessoa humana. E a Revolução Francesa, Olívio Dutra, trouxe um elemento muito forte: o povo, a voz do povo. Aí a gente pode falar, por exemplo, da importância do poder constituinte. Graças ao poder constituinte, e o Olívio foi deputado constituinte e sabe o quanto foi importante isso para a Constituição de 1988, o povo participando, inclusive foram grandes movimentos, Carús, de emendas, de comissões, de movimentos, que deram essa consistência, essa base para uma constituição cidadã, com a participação das pessoas. O Orçamento Participativo é apenas um elemento de participação das pessoas. É um! Não tem vínculo nenhum político-partidário. Aqui tentaram, o tempo inteiro, Robaina, vincular isso ao Partido dos Trabalhadores, isso é uma bobagem. Nós aqui, nesta Casa, especialmente no último período, a minha bancada, a bancada do PSOL e outros vereadores aqui temos discutido muito essas questões. E estamos discutindo, inclusive, com alguns liberais, pelo menos, aqui na Casa, atualmente, há dois liberais, efetivamente liberais, com seus problemas, mas dá para discutir alguns

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

temas do liberalismo. E a questão do povo está na origem, inclusive, do liberalismo, do liberalismo americano. Imagine se as teses de Thomas Jefferson tivessem sido as majoritárias, seria melhor ainda.

Então, quando falamos de Orçamento Participativo, Sgarbossa e Oliboni, nós estamos falando de uma forma de participação. Claro que o Regimento Interno pode complicar a vida, mas a questão toda, já disse ao Raul Pont aqui, é escutar. Inclusive, através da escuta, nós podíamos estar discutindo como melhorar a arrecadação de Porto Alegre. Nós poderíamos ver formas, inclusive, da máquina pública funcionar melhor, escutando, em primeiro lugar, os funcionários, mas querem acabar até com os conselhos. Eu estou lá na CCJ discutindo a questão dos conselhos. É muito importante, Freitas, porque lá estou batalhando para que o Conselho de Idoso, por exemplo, das pessoas com deficiência... Nem vou falar do Comtu, Paulinho, que é uma desgraça. Então, eu concluo dizendo que em hora boa vem este debate. Faremos outros debates. Ontem, eu provoquei o Ricardo Gomes, nós vamos fazer alguns debates mais amplos aqui, Comassetto, inclusive pensando as boas armas do debate para a gente discutir temas importantes para as pessoas. Ver.^a Mônica, obrigado pela paciência, é uma boa tarde este dia 11 de abril em que nós estamos debatendo o respeito às pessoas, respeito ao povo. Escutemos o povo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Com certeza, nós temos uma enorme gratidão por ser porto-alegrense e lembrar que o pioneiro dessa democracia participativa no Rio Grande, principalmente aqui na cidade de Porto Alegre, foi o nosso companheiro Olívio Dutra. (Palmas.) E essa gratidão não vem por acaso, ela vem da população, quando percebeu, naquela ocasião e muitos anos depois, que a lógica da prioridade ou da destinação do recurso não podia se estabelecer somente neste Parlamento, ela tinha que ser voltada àqueles que poderiam, num gesto democrático e saudável, também decidir a vida da sua comunidade. A comunidade passou, então, nessa democracia participativa, o OP, a decidir se era o posto

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

de saúde, se era a escola, se era a creche, se era a pavimentação ou se era uma infinidade de obras que foram executadas, como por exemplo, o saneamento básico, que quase ninguém fazia, e que trouxe, para muitas regiões da Cidade, não só a acessibilidade, mas a dignidade daquelas pessoas que, muitas vezes, em fortes chuvas não conseguiam se deslocar. A vida da Cidade e do cidadão mudou consideravelmente. Tanto é que Porto Alegre não só presenteou, percebeu que aquilo era algo muito importante para nós e reelegeu quatro mandatos da Frente Popular. Não foi por acaso, foi algo novo, como disse aqui o sempre prefeito Raul Pont, que foi até exportado, porque perceberam, na democracia participativa de Porto Alegre, algo fantástico, que acabou trazendo aqui o Fórum Social Mundial e tantas outras coisas boas para a nossa Cidade. O que mais nos deixa tristes neste momento é perceber que alguns governos não têm a mesma lógica ou visão para dizer que a população tem o direito, da mesma forma que escolheu o seu prefeito ou governador, e possa também opinar naquilo que ela quer. E aí trunca o processo. E agora há, como disse aqui o Jorge, apenas uma discussão, algo que não se desloca para dizer a obra necessária ou fundamental, porque não se tem recurso destinado. Parou; parou. Parou por quê? O nosso apelo não é partidário, o nosso apelo é para que a democracia participativa volte não só em Porto Alegre, mas que ela seja um instrumento de humanização e de dignidade das pessoas. As pessoas, hoje, parece que só são consultadas no dia do voto, da eleição, e depois são esquecidas. E alguns governos tentam voltar para a comunidade, mas não tem essa interlocução, é óbvio, recebem algo que pode assustá-los. É o que acontece hoje na cidade de Porto Alegre, uma Cidade abandonada, uma Cidade que não dialoga com o funcionalismo, não dialoga com a realidade que ela mesma oportuniza numa gestão de qualidade. Imaginem os senhores, privatizar as praças e parques da Cidade, se ali atrás, até no OP se discutia com os conselhos de praças e parques aquilo que seria implementado naquela região, naquela praça, naquele parque. Ou a construção do Parque Chico Mendes foi um acaso? Não. Ou a revitalização do Parque Marinha foi por acaso? Não. Existia, em cada região, uma discussão pontual, concreta dos cidadãos, para dizer o que eles queriam naquela região ou naquela comunidade. Por isso quero deixar aqui a minha indignação por não operarem a democracia participativa em Porto Alegre, mas o nosso apelo para que isso volte como uma forma de a população recuperar, ressuscitar o OP e trazer a dignidade de volta. Muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Que satisfação poder falar sobre o tema Orçamento Participativo. Eu, que estive envolvido diretamente com esse processo através do DEMHAB, depois através da SMIC, então tenho algumas pontuações a fazer. Que bom que eu posso vir falar de um assunto sobre o qual eu nunca consegui falar com ninguém e que eu nunca ouvi ninguém falar, que são as situações que eu vou elencar aqui. Para que não me traísse a memória, aos 72 anos, meu gerente-geral do Conceição, eu tomei nota. Quero primeiro fazer uma saudação ao Jakubaszko, um exemplo de líder comunitário, à Simoninha, do meu gabinete, à Jurema, também do meu gabinete, à Ângela, do meu gabinete, ao Felisberto Luisi, que, além de ser exemplo dignificante da representação participativa, me ajuda – o teu pai foi advogado junto, quando meu pai servia em Cruz Alta, na cidade em que nasci, e, de lá, as nossas famílias se conhecem. A luta que nós estamos fazendo especificamente com a vila perto da Hípica, onde mora a nossa querida Rosaura, lá onde ela mora passa um riacho por debaixo da vila, que pode ser canalizado, e a gente pode transformar aqueles ameaços de habitação que eles têm ali em casas, principalmente pelo Orçamento Participativo. Precisamos forçar vir para cá de novo o Minha Casa, Minha Vida, que está desaparecido. Onde é que está esse processo no Brasil? Onde está o processo? Falam em tudo quanto é coisa, mas na habitação, que é uma forma de dignidade e de saúde, ninguém fala mais! Eu tive a satisfação de entregar 3.500 casas dentro desse processo. Quero citar também o meu amigo querido, o Bertaco, que é um dos representantes do Orçamento Participativo no desenvolvimento do turismo e negócios, e agora me ajuda, no meu gabinete, como meu orientador político. Quero, então, aproveitar, depois de apresentadas essas homenagens, saudar, primeiro, o nosso querido amado ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Que bom vê-lo bonito e com mais cabelo do que eu. A sua serenidade lhe permitiu isso. Muito obrigado por poder cumprimentá-lo aqui e dizer da admiração que tenho por V. Exa, principalmente neste momento histórico pelo qual passa essa Pátria. (Palmas.) Quero também cumprimentar o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

meu querido e eterno prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, com quem trabalhei pouco, pois recém estava me elegendo vereador, quando V. Exa era prefeito. Satisfação imensa em poder abraçá-lo, também. Meu querido chefe, houve uma época em que o João Motta era meu chefe em todos os lugares em que eu ia. Presidenta, era meu chefe em tudo. Aqui, ele era meu chefe, lá, no Grupo Hospitalar Conceição, ele era o chefe maior. Sempre foi meu chefe. Então, eu tenho que, um dia, conversar com ele, de maneira desprendida, num bar, porque eu sempre estava na medida do meu chefe, que era o João Motta, que ali está. Sempre foi um bom chefe. Podem saudar. (Palmas.) Queria, agora, de uma maneira carinhosa, Mônica, pedir licença, pois tem uma outra dama, uma mulher, Vênus – tem pouca mulher aí – que é a minha querida Margarete Moraes. Ela merece uma saudação especial, foi minha colega, depois foi minha chefe também. Como tem chefe, não é Robaina. Ela foi presidente da Câmara, perto de quando eu fui presidente também. A Margarete me inspirou, num dos momentos mais sublimes, que não me traia a emoção da lágrima, um poema que pude escrever. A Margarete fez um ato maravilhoso de humanidade, muito mais do que o Orçamento Participativo. Acho que só uma situação dessas é mais do que o Orçamento Participativo. A Margarete Moraes, minha secretária de cultura, minha amada, inspirou-me um poema, onde eu lembro que ela doou um rim saudabilíssimo, dos dois que ela tinha, para o seu marido que não tinha mais condições de ter o seu. (Palmas.) Espero que, quando a minha plaquete sair, a Margarete seja a primeira a ir buscar o livro de poesia que vou escrever, onde estará esse poema com o qual eu lhe agradei. Jakubaszko, querido, desde o início esse ativista forte, elegante e honesto, exemplo de participação do Orçamento Participativo. E o Jorge Baldassari, nosso conselheiro querido, lutador incontestado, maravilhoso, que podemos saudar. Fico feliz em ter podido, só no anúncio, saudar de uma maneira tão importante uma peça tão maravilhosa como o Orçamento Participativo. Onde está o Orçamento Participativo? Onde está, governador, prefeito? Eu não tenho recebido aqui na Câmara nenhuma demanda do Orçamento Participativo, não me convidam para o Orçamento Participativo. Ah, o Orçamento Participativo teve um mau momento em sua vida: o momento em que se tornou ideologia pura, ou o momento em que se tornou partidarização pura. Ele não pode sofrer isso! E não foi o PT, não! (Palmas.) Isso, acho que atrapalhou um pouco a caminhada do Orçamento Participativo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

Bom, meus queridos, outra fala que eu quero trazer é mais vinculada à minha vida, meu querido Ver. Comassetto, que está me fiscalizando para ver o que vou dizer aqui, fiz parte importante da habitação de Porto Alegre com o Orçamento Participativo, do qual ainda espero reconhecimento. Não que eu precise de mais reconhecimento na vida, pois se fiz o parto da filha do meu analista, se eu fiz o parto dos filhos dos meus colegas de turma e dos meus anestesistas, não preciso mais nada deste mundo do que essa homenagem. O fato de ter participado do Orçamento Participativo, meu trabalho com o Beto Aguiar, a quem nunca mais vi. Quando recebi as casas do Orçamento Participativo para entregar, eu dividi primeiro para o Orçamento Participativo, e nunca ouvi ninguém dizer isso no discurso. Então eu tenho que dizer, não? Passei duzentas e tantas casas para o grupo do Beto Aguiar, depois para a Adacris, depois para o Geléia... Tiramos de trás de um supermercado uma vila que estava apodrecida ali, para morar no requinte que é o que construímos na Restinga e Restinga Velha. Também a Marília Fidel recebeu 174 apartamentos, nunca mais falou. Foi o Orçamento Participativo, pois eu entendia que, sozinho, não podia definir onde os porto-alegrenses iriam morar melhor do que o Orçamento Participativo. As queixas não vinham para mim, mas o Orçamento Participativo conhece isso. Dei 70 casas para o Orçamento Participativo distribuir para os moradores de rua, nunca ouvi falar para onde foram essas casas; mais 70 casas para os brigadianos de baixa renda, para provar que, quando brigadiano mora na comunidade, a droga deixa de atingir a comunidade, que é o grande câncer que nós temos que lutar. E eu vou me queixar na próxima reunião do Orçamento Participativo, para que nós não deixemos o tráfico tomar conta das vilas de Porto Alegre. Se tu bateres, tem casas vazias; se tu bateres, tem pessoas que já venderam três, quatro vezes; se tu bater, tem alguém consumindo tóxico vendido por lá. Eu tenho até medo de falar nisso sozinho. Então, eu teria muitas outras coisas para falar, mas vou parar aqui, porque a minha chefe mandou eu parar e eu sou obediente, principalmente para mulheres. Viva, apareça e salve o Orçamento Participativo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL: O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Depois da fala do Goulart, eu estou na dúvida do que falo. Achei tão boa a fala do Goulart; sabe aquele negócio de cometer sincericídio? Eu, às vezes, corro esse risco. A fala do Goulart foi muito forte, muito simbólica, muito bonita e muito verdadeira. Eu digo que o Goulart tem uma das melhores reflexões aqui na Câmara, sempre as suas intervenções são muito úteis, permitem um grande aprendizado. Votamos muitas vezes juntos, lutamos juntos, porque eu estou de Vice-Presidente da CUTHAB, comissão que ele preside, temos trabalhado muito em defesa do DMAE, conjuntamente. E o Goulart, quando tem aqueles projetos aqui na Casa que são antipopulares, o Dr. Goulart fica doente, e eu vou lutar pela tua saúde mais e mais, porque tu com saúde arrasas aqui o Governo Marchezan. Arrasa o Governo Marchezan. Nós vamos tentar trazê-lo para a oposição, para liderar a oposição conosco! Sobre o Orçamento, que é o tema específico, o vereador já disse as questões mais substanciais, e as intervenções do ex-prefeito Raul, do João Motta, da Margarete, do Roberto, do Jorge já colocaram as questões fundamentais. Nós estamos numa situação nacional tão ruim! O Oliboni falava da necessidade de se lutar para recuperar o Orçamento, formas democráticas de participação popular, mas nós temos uma situação muito ruim no plano nacional. O governo Bolsonaro não é só antissocialista, o governo Bolsonaro é anti-iluminista, o governo Bolsonaro é de um reacionarismo total. O Bolsonaro fala muito em Deus; fala em vão! Suspeito que nem acreditar em Deus o Bolsonaro acredita, mas é tudo em nome de Deus, por isso ele é anti-iluminista. Eles querem ser os representantes de Deus na Terra, atacando todos os interesses populares. É um governo realmente muito nefasto e, de uma certa forma, é a contracara das conquistas democráticas que nós tivemos desde aquela da ditadura militar. Aquela da ditadura militar foi muito importante. O ascenso que tivemos, no Brasil, de 1977 até 1988, pelo menos foi o que permitiu que nós tivéssemos as vitórias, como foi, por exemplo, a vitória do Olívio Dutra aqui, em 1988; esse ascenso explica essa vitória eleitoral que o PT teve, e o próprio Orçamento Participativo é o desdobramento dessas vitórias e desse ascenso. É óbvio que, se nós estamos com um governo tão reacionário... Não é o caso aqui de, numa sessão de homenagem ao Orçamento Participativo, buscar explicação das razões pelas quais nós chegamos a um retrocesso tão grande, mas é lógico também que nós tivemos uma experiência que tinha limites, mas era uma experiência muito positiva de Orçamento Participativo, e esse processo de experiência também teve um congelamento,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

teve uma estagnação. Do ponto de vista das lições, alguma lição nós temos que tentar ter desse processo todo. Eu creio que uma das explicações do retrocesso, da estagnação do Orçamento é que não há processo na história que consiga se manter se não houver uma intensificação do processo de participação e se não houver politização dessa participação. O que não avança retrocede, é quase que uma lei histórica. Nós tivemos, infelizmente... Eu me lembro de que o Raul Pont, em 2002, defendeu que a experiência do Orçamento Participativo fosse estendida para o terreno nacional. Isso não aconteceu. O fato de não ter se estendido a experiência do Orçamento Participativo para o terreno nacional levou ao congelamento e, depois, ao retrocesso dessa experiência democrática importante.

Termino dizendo o seguinte, Presidente Mônica: num país, numa sociedade com 52 milhões de pessoas que recebem um rendimento menor que R\$ 400,00 por mês, onde sete pessoas têm a riqueza da metade da população, não é possível discutir democraticamente o orçamento. A lógica dominante do País impede a discussão democrática do orçamento, porque os recursos públicos estão sendo drenados para enriquecer uma minoria, que é cada vez mais minoria e cada vez mais rica. Então, a luta para que o orçamento público seja controlado pelo povo é uma luta atual, razão pela qual esta homenagem é muito bem-vinda. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que um período temático de comunicações também serve, na quadra política que nós estamos vivendo, para distensionar um pouco os ânimos, que não são acirrados só no cenário político nacional, em algumas discussões acabam se acalorando aqui no cenário político local. Eu acho que, pelo menos, existe um consenso, que é o da importância da democracia participativa na construção de conquistas para a Cidade – isso é um consenso. Quem pensa contrário a isso, pensa contrário à democracia. Fiz questão de subir a esta tribuna porque, ouvindo as manifestações dos colegas, eu me senti na obrigação política e moral de fazer alguns registros. O primeiro deles, do nosso, de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

saudosa memória, secretário César Busatto, que recentemente nos deixou... Acho que a expressão de continuidade do Orçamento Participativo do governo Fogaça teve sim um papel fundamental do secretário Busatto. Não apenas na manutenção do movimento do Orçamento Participativo por si só e da organização do Orçamento Participativo, mas também na hierarquização das demandas, principalmente aquelas que se encontravam represadas e que, de alguma forma, num cenário de dificuldades, ainda foram levadas em frente e muitas delas materializadas em favor daquelas comunidades que demandaram e por anos aguardaram, seja na área da saúde, seja na área da educação, seja na área da infraestrutura, enfim, nas diferentes áreas de atuação do Município.

Uma outra referência importante que eu quero fazer, também, é ao ex-prefeito Fortunati, na sua gestão, em continuidade às gestões lideradas pelo Fogaça. E posso aqui dar um testemunho pessoal, como diretor-geral do DMLU, nós incluímos os foros regionais do Orçamento Participativo, os seus conselheiros, os seus delegados, as suas principais lideranças, inclusive, na formulação das prioridades do Plano Plurianual. E lá no DMLU tivemos a colaboração de personagens importantes até da administração da frente popular, que são os servidores do quadro, que nos ajudaram muito, e faço questão de lembrá-los aqui: o Geraldo Reichert, o Philomena, e também o Arnaldo, que foram figuras importantes nessa relação estratégica que nós tivemos naquele momento.

Temos diferenças? Sim; existem, mas são diferenças políticas, não são diferenças pessoais. São concepções e visões de mundo que precisam ser confrontadas, num debate político saudável, porque a imposição de um pensamento único não faz bem para nenhum regime, e não faz bem e não comporta as regras de um processo democrático civilizado. Se essas diferenças existem, o Orçamento Participativo foi palco da expressão de muitas delas, e foram essas diferenças que permitiram que comunidades com pensamentos completamente antagônicos, muitos achavam que a prioridade era a construção de uma unidade de saúde, enquanto outros achavam que a prioridade era a construção de uma escola de educação infantil, mas se buscou um consenso daquelas lideranças. Vários são os exemplos, e digo um deles, que foi demandado pelo Orçamento Participativo e acabou sendo erguido com parte de recursos federais e parte de recursos em contrapartida do Município, que é o Centro de Educação, Cultura e Juventude da Bom Jesus, uma das áreas que infelizmente parte dela continua sendo das mais conflagradas da Cidade, mas a comunidade, por muitos anos, demandou aquele espaço, e hoje ele

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

continua funcionando, mantido pela Prefeitura. Na época, era o PT que administrava o governo federal, quando foram garantidos recursos, era o PSDB no governo estadual, e era o PMDB que comandava o governo municipal. Não teve impedimento nenhum para que se viabilizasse uma conquista tão importante e que hoje atende tantos jovens, tantas crianças, tantos adolescentes que, se não tivessem aquela opção, talvez estivessem à mercê da criminalidade e da marginalização.

Então, fiz questão de vir até aqui fazer essas referências ao Orçamento Participativo. Vale também lembrar que, na década de 1980, uma das experiências que foram o embrião para todas aquelas aplicadas em Porto Alegre, foi também do, então, prefeito Bernardo de Souza, eleito, à época, pelo PMDB, depois no PSB, deputado estadual, também de saudososa memória, é importante que se faça essa referência. Tenho certeza de que falo em nome do nosso partido, o MDB, porque as diferenças são menores do que o que todos nós queremos, que são a promoção do bem comum e a construção de uma Cidade melhor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Eng^o Comassetto (PT): Presidenta Mônica, recebi uma mensagem do ex-prefeito Fortunati, que comunica que não pôde estar aqui hoje porque está num evento em Foz do Iguaçu, mas desejou a todos nós um bom encontro, sempre na defesa do processo do Orçamento Participativo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

Vereador André Carús (MDB): Só cometi um descuido, que não é machismo, é incompetência da minha parte não ter feito referência à nossa Ver^a. Margarete Moraes, que foi também presidente desta Casa. Obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em nome da Margarete, agradeço o registro. O Sr. Jorge Baldassari está com a palavra para suas considerações finais.

SR. JORGE BALDASSARI: Nas minhas considerações finais, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer, no aniversário de 30 anos do Orçamento Participativo, uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

demanda. Um FROP da região Extremo-Sul – num dado momento, ele disponibiliza a ata – pede uma audiência pública com a COSMAM, para tratar do descaso que está acontecendo lá no que diz respeito ao saneamento. Aproveito esta oportunidade para fazer esse pedido ao presidente da COSMAM, Ver. André Carús, para que essa demanda seja atendida em nome dos 30 anos do Orçamento Participativo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Roberto Jakubaszko está com a palavra para suas considerações finais.

SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Obrigado, Presidente Mônica Leal; agradeço toda esta Casa, todos os vereadores e todas as vereadoras por esta acolhida, para que pudéssemos falar sobre os 30 anos... Antes eu me equivoquei, mas a gente vai envelhecendo, vai ficando rabugento, troca o nome dos filhos, o nome dos netos, eu troquei 30 anos por 100 anos, mas nós vamos chegar a 100 anos de Orçamento Participativo, vocês podem ter certeza! É muito importante este espaço para o Orçamento Participativo, para que ele seja, realmente, debatido por todos. Fico muito feliz de ver ali a Heloísa Vignon, que, assim como nós, é outra Tiranossauro Rex do processo; saudações e um beijo carinhoso para ti. O processo é rico, a gente só tem a agradecer a todos os que falaram, vereadores e vereadoras, mas eu não posso esquecer aqueles que não estiveram aqui e que, de uma forma ou de outra, não participaram ou não falaram. Não temam o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo não é uma ameaça para ninguém, ele está à disposição da Cidade. Tanto está à disposição que o Ver. Comassetto agora falou que o ex-prefeito Fortunati mandou uma mensagem, eu também recebi uma informação agora de que o ex-prefeito e ex-governador Tarso Genro também comunicou que está fora, não pode comparecer, enfim, são pessoas que gostariam de estar aqui, mas não puderam, por um motivo ou outro, mas a gente os saúda.

Então, o convite é para que a gente possa, todas as bancadas, todos os vereadores e todas as vereadoras, realmente, junto com o Orçamento Participativo, conversar e aparar aquelas arestas que eventualmente existem. Se existem nesta Casa, politicamente, por que não vai existir no Orçamento Participativo, que é uma entidade não institucionalizada, mas é mais forte do que muita gente possa imaginar. A força da população, vereadora e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

Presidente desta Casa, é algo fantástico, e isso faz do Orçamento Participativo o que ele é, reconhecido no mundo inteiro. A gente tem que trabalhar isso um pouco mais, deixar de lado as nossas picuinhas e trabalhar realmente para a cidade de Porto Alegre, que está precisando, está com problemas, está crescendo, está engessada. Esses dias, nós estávamos lá na casa dos conselhos e apareceu um mosquitinho, e a gente fotografou, aumentou, e, nas patinhas, parecia que ele estava de meia soquete – preto e branco. Chamamos a vigilância, e o mosquitinho era o *Aedes aegypti*, agora, se ele está contaminado ou não, é um outro problema, mas demoraram 20 dias para aparecer lá. Isso não pode ocorrer. Mas, enfim, se o Orçamento Participativo tivesse essa prerrogativa, com certeza, iríamos detonar com esse mosquito, mas há muitos problemas em Porto Alegre. Então, novamente, peço encarecidamente que pensem, reflitam sobre isso, um novo olhar sobre a Cidade. Não tem como ter um outro olhar sobre a cidade de Porto Alegre que não passe pelo olhar do Orçamento Participativo.

Para concluir, hoje pela manhã me encontrei com o Ver. João Bosco, ele passava, perambulava pela Cidade, e conversando com ele, vi que ele não estava com o semblante bom. Eu não vou questionar o munícipe, o cidadão, mas eu olhei para ele e vi que não estava bem. Saí, por conclusão minha, é subjetivo o que eu vou dizer, mas eu acredito que ele estivesse um pouco chateado com a votação de ontem. Em nome do Orçamento Participativo, muito obrigado e contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Raul Pont está com a palavra para suas considerações finais.

SR. RAUL PONT: Mais uma vez, nós gostaríamos de agradecer em meu nome, em nome do companheiro Olívio Dutra, prefeito no período de 1989 a 1992, quando essa experiência foi construída. Só quero chamar atenção para um aspecto que não pude trabalhar aqui na minha primeira fala, que era uma homenagem a todos os participantes, pessoas que, como delegados, como conselheiros do Orçamento Participativo, vêm lutando pela sua manutenção. A riqueza dessa experiência foi, fundamentalmente, ela ter construído desde o início as suas próprias regras. Não era a Prefeitura, mas era o conselho que foi sendo criado. Todos nós estávamos aprendendo, naquele momento,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

como desenvolver uma experiência rica como essa. Todas as pessoas sentiram que era para valer, que a decisão tomada era cumprida, que os orçamentos começavam a se transformar em obras, serviços. Isso permitiu que as pessoas também tomassem consciência de que era necessário construir regras. As primeiras experiências no governo do Olívio não tinham ainda um regimento interno; o regimento foi sendo construído pela própria participação, e as pessoas foram descobrindo e vendo os mesmos dilemas e os mesmos problemas que nós vivemos frente à nossa Constituição, com a participação popular, com a participação do conjunto dos cidadãos e cidadãs. Então, eu queria aqui também fazer esse registro e parabenizar as pessoas que vêm lutando para que essa experiência continue. Era um aprendizado. O Dr. Goulart chamou atenção para isso, como no Orçamento Participativo as pessoas aprendiam, pelo debate, pela discussão, a abrir mão de propostas, a racionalmente compreenderem que uma outra poderia ser mais prioritária. E essa experiência forma, realmente, uma cidadania de outra qualidade, de outra capacidade de ver o Município, de ver o seu País. Por isso eu entendo que a democracia participativa cria efetivamente uma cidadania consciente, e nós estamos vendo, nesses momentos em que, paradoxalmente, as comunicações aumentam, as comunicações estão disponíveis e cada um pode produzir a sua comunicação e divulgar as suas ideias e seus pensamentos. Isso é importantíssimo, mas não substitui a presença e principalmente o diálogo para que as pessoas possam deixar de ser intolerantes, compreender a vida dos outros e estabelecer prioridades a partir do coletivo, a partir do conjunto, a partir do Município, a partir do Estado e do País.

Então, parabéns aos delegados e conselheiros que acompanharam aqui esses trabalhos, além dos que se manifestaram, representando o conjunto de delegados e conselheiros. Nós queremos deixar aqui este grande abraço, em nome do ex-prefeito Olívio Dutra, companheiro Tarso Genro, que governou esta Cidade, João Verle também e, infelizmente, já não está entre nós, mas que foram executivos com uma larga experiência de construção dessa riqueza coletiva que significou muito para a nossa Cidade. Parabéns mais uma vez à Câmara Municipal de Porto Alegre por ter compreendido a importância desta homenagem e deste momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ex-governador Olívio Dutra; ex-prefeito Raul Pont; ex-presidente desta Casa, Margarete Moraes; conselheiros do OP; pessoas que nos honram com suas presenças; senhores e senhoras; é muito importante e relevante marcar esta data de 30 anos do Orçamento Participativo em Porto Alegre, pela sua construção e afirmação, pelos seus resultados e pelos benefícios que traz ao Município. Recebam os parabéns da Câmara Municipal todos os envolvidos nesse período, aos idealizadores, às gestões municipais, e saibam, registro aqui, como Presidente, que foi uma satisfação recebê-los.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para um registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h12min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): (16h19min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período do Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação Requerimento de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que apoiam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Eng^o Comassetto solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 15 a 17 de abril de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, hoje que a bancada do PTB teve outro compromisso maior, deu para imitar a Sofia, vou falar em todos os momentos possíveis já que o partido permite, porque está aqui o exército de um homem só... Não de um só um homem; um homem só é mentira porque eu tenho a minha mulher e o meu filho aqui junto comigo sempre e os amigos, que me deram um abraço depois do discurso do OP que eu fiz e me deixaram muito lisonjeado. Meus queridos, queria agradecer, de maneira formal, à minha querida colega Karenzinha, do PSOL, que me permitiu este momento de Comunicação de Líder, de cinco minutos, mas que foi transferido, *a posteriori*, por causa da importância do fato que temos para falar e porque hoje nós estamos com pouca audiência e precisamos fazer a modelação de um problema importante na saúde. Então nós estamos falando, neste momento, Presidente, em liderança. Eu já gastei um minuto e meio, devo ter mais uns quatro. Queridos, hoje eu falo a respeito da doença de Parkinson, aquela doença que faz com que a gente trema desse jeito, assim como eu estou tremendo aqui e agora. Hoje é o dia da doença de Parkinson. Parkinson é o nome do homem que descreveu essa doença, um neurologista. A doença de Parkinson permitiu que eu escrevesse esse texto a quatro mãos, com a Silvia do Canto, nossa querida jornalista, que também é portadora da doença de Parkinson, como eu. A doença de Parkinson é uma patologia estigmatizada, excludente e de difícil aceitação na sociedade. Não muito incomum, o diagnóstico da doença de Parkinson é recebido por quem a tem como uma sentença de morte, mas não só essa morte física para onde todos nós caminhamos, mas estou falando da morte civil. Esta doença nos faz romper relações sociais em nome da vergonha e da insegurança que temos ao nos expor com os sintomas da doença, muito especialmente o tremor. A morte civil nos impede de uma simples caminhada no entorno de nossa casa. Passivamente substituímos a rua pela tela da televisão, numa relação totalmente passional, diga-se de passagem, em que muitos de nós não conseguimos sequer acionar o botão da televisão; o controle remoto muito menos. Para além dos problemas motores, o nosso sofrimento psíquico está inspirado e amparado em um tripé: abandono, abandono e abandono. As decisões familiares, quando esses conseguem conosco conviver, em sua maioria são por um cuidador ou a quatro paredes, numa casa também abandonada, ou numa clínica geriátrica. Com o devido respeito a todas essas opções, carinho e consolo podemos continuar oferecendo, mesmo estando o doente próximo ou não de nós.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

Ainda que associada à imagem de um idoso com tremores, a doença de Parkinson já começa a se manifestar na camada mais jovem da população. Lembrem todos vocês daquele filme De Volta para o Futuro, onde aquele menino que dirige o carro tem doença de Parkinson, que começou com 29 anos. Lembrem isso, vereadores. Lembro a vocês que nós tivemos também o Paulo José, com doença de Parkinson, marido da Dina Sfat; temos o Djavan, nosso cantor querido de Samurai; Katharine Repburn, que foi a mulher que mais ganhou, sem saber, óscares em todos os tempos do prêmio Oscar. Logo mais, vai ser falado sobre o câncer, pelo meu querido colega Nelcir Tessaro, mas com a doença de Parkinson vamos lembrar de João Paulo II – Karol Wojtyła –, que portava esta doença. E mais, ele foi canonizado, recentemente, santo da Igreja Católica, São Karol Wojtyła, São João Paulo II, por ter curado dois doentes portadores Parkinson que tiveram fé nas suas explicações do mundo e conseguiram resolver o problema da doença de Parkinson e levar à santidade comprovada o nosso Karol Wojtyła.

Nós temos Parkinson, este vereador que vos fala, que, a despeito de ter a doença, procura continuar atuante na sociedade, procura continuar lutando, *pari passu*, contra uma doença chata, cansativa, assustadora e que, na madrugada, nos deixa, muitas vezes, abandonados. Queríamos mais, mas não necessariamente melhor. São várias teorias científicas a mostrar essa migração da melhor idade. Talvez seja por isso que estejamos aqui em uma Casa dita política, mas, muito seguidamente, distante da realidade dos seus munícipes. Distante, portanto das oportunidades legais que tem para incidir, positivamente, na vida do cidadão que precisa. Assumo aqui, nesta tribuna, a criação de um movimento para além dos muros do Legislativo. A Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Porto Alegre deverá abrigar, a partir de hoje, a meu pedido, um trabalho permanente para divulgação e fomentação das ações que Porto Alegre vai capitanear contra a doença de Parkinson: o que pode, o que não pode; o que deve, o que não deve; se há perigo de morte, se não há; se existem coisas mais modernas; se existe alguma esperança contra o tremor. Imaginem o tremor que se abate, no auge do meu trabalho cirúrgico, aos 72 anos; eu, com 64 ou 65 anos, quando começou a doença de Parkinson, que fez com que eu diminuísse e parasse de tocar piano e com que eu abandonasse completamente a minha razão de ser na vida, depois da minha mulher e do meu filho e dos meus outros quatro filhos, que é a cirurgia. Nunca mais pude operar, a razão me levava a não operar mais. Eu ainda sou médico, mas e os outros que não são?

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

Vocês sabem muito bem que, há poucos dias, entrou um grupo de advogados solicitando que estendessem a ajuda que os parkinsonianos têm, de 25% sobre o salário que recebiam de aposentadoria para contratar um cuidador, esses advogados fizeram um pedido para que todo aposentado tivesse direito aos mesmos 25% que o parkinsoniano tem para seu cuidador. O que é uma ignomínia, o que é um crime contra a saúde dos povos, o que é uma covardia, porque homens salubres, homens e mulheres saudáveis precisariam de um salário mínimo digno, condizente, mas não precisariam de um cuidador. E o que fazem os governos? Por isso disse que é uma ignomínia, porque sabem, mas não fazem o que o cidadão precisa. Retiram os 25% do seu salário de aposentadoria para contratar cuidador, uma vez que não conseguiram colocar para aposentados em geral. Aposentados em geral não precisam de 25% de ajuda, mas aidéticos, em estado final, precisam; pessoas paráliticas precisam; parkinsonistas precisam, mas aposentados em geral não precisam. Precisam de um salário mínimo digno, precisam de salário reconhecido pelo trabalho que fizeram e depois se aposentaram, principalmente os insalubres. Mas não confundam aposentadoria com doença. Querem que seja doença porque os estados são doentes e tratam mal seus aposentados, Presidente, tratam covardemente seus aposentados.

Então, meus queridos, para encerrar, convido o que era para estar aqui junto conosco, mas não pôde, nem mandou representante, mas acredito nele, prefeito Marchezan, para que agregue mais valor a essa iniciativa, já que o Estado e a União estão querendo abandonar seus parkinsonistas, cortando 25%, que às vezes era a única ajuda que tinham, porque tem um salário blasfemo, porque um salário de menos de um salário mínimo é blasfemo como aposentadoria. É blasfêmia, é falar contra Deus, é falar contra o povo, é falar contra a saúde dos povos. É uma ignomínia! Mantenham os 25% dos aposentados! Eu talvez não precise tanto, porque minha mulher trabalha, meus filhos trabalham, meu filho está se preparando para trabalhar e já está trabalhando desde agora e pode me ajudar. E quem não os tem, Conceição? O que fazer, abandonar para resolver um problema de economia que nem eles sabem resolver direito? Pena que essas cadeiras estão vazias neste momento, é um momento ermo de políticos no plenário; é um momento ermo de cidadãos, de brigões, de gritões e de apresentadores de faixas nestas cadeiras. Mas acredito que os senhores que estão aqui se condoerão com essa situação e nos ajudarão nesta caminhada. Meu querido, tomara que teu partido ouça isso para te

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

lançar na próxima, meu querido Presidente, meu querido procurador, meus queridos colegas que ainda restam aqui. A minha mulher diz que eu já estou falando demais, é que eu me emocionei, e, quando a gente se toma de emoção, a razão... Ainda bem que não foi por mal a minha grande fala. João Bosco Vaz, meu querido, nos ajude nesta luta do sofrimento dos parkinsonianos. Um beijo para todos vocês, meus queridos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Ver. Dr. Goulart, com certeza, o senhor terá outras oportunidades para lutar por esta bandeira e continuar lutando por ela.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. José Freitas, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; quero cumprimentar o Dr. Goulart e dizer que todos temos que nos engajar, justamente, neste pleito. A Comissão de Saúde da Câmara não se furtará em buscar apoio a esta sua causa, que é muito importante. Também nesta semana, na segunda-feira, nós tivemos o Dia Mundial de Combate ao Câncer, a segunda doença que mais mata no mundo. E esse alerta é muito importante fazer.

Em 2012, eu protocolei o PLL nº 032/12, mas, findo o mandato, após passar por pautas preliminares, foi arquivado. Eu já pedi desarquivamento. Nesse projeto, Ver. Dr. Goulart, eu coloco a obrigatoriedade de que todos os servidores públicos municipais, ao atingir 40 anos, tenham que fazer exame de câncer de mama, de colo de útero e de próstata e apresentar ao órgão público o atestado de que tenha efetuado esses exames. Esse pedido, esse projeto que eu encaminhei é para evitar, para justamente fazer com que haja a prevenção, o diagnóstico enquanto ainda é tempo, porque sabemos que, após os 40 anos de idade... Claro que temos câncer em pessoas de 20, 25, 30 anos, claro que câncer de mama pode ocorrer em pessoas novas, mas a faixa mais atingida é a dos 40 aos 55 anos de idade. Nós temos que fazer com que esse tabu caia. Hoje existe preconceito das pessoas em relação ao exame de câncer de próstata. Existe uma falta de tempo para os servidores públicos fazerem o exame preventivo de mama e de útero. Então, que sejam eles dispensados do trabalho um dia por ano, ou no prazo que for

pág. 35

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019

definido, a partir dos 40 anos, para que se possa fazer esse exame e trazer para o setor de recursos humanos, para que ali possam mostrar que estão, sim, fazendo a prevenção da saúde. É dever do poder público preservar o cidadão, preservar a saúde de seus servidores, como é dever de todo o governo, seja estadual, municipal ou federal, preservar pela saúde da população. Eu fico preocupado porque as pessoas buscam a saúde pública hoje e há dificuldade de ter acesso aos exames; demora muito tempo para que possa ser realizado um exame. A nossa central de consultas do Estado está demorando 440 dias para marcar uma consulta, e o que significa isso? É mais de um ano. Será que dá tempo? Quem está doente, quem tem problema de saúde tem tempo para esperar esse tempo de 440 dias? Não tem, não. A saúde não tem hora, não tem dia, não tem lugar. A saúde tem que ser prioridade, porque a doença pode chegar a qualquer momento. Quando menos se espera, a saúde do cidadão fica debilitada. Aí, a dificuldade, pela falta de prevenção, para buscar reparar todo tempo que poderia ter tido como combate ao câncer, que é a doença a que me refiro nesta situação. Claro que a doença de Parkinson também é uma grande bandeira, e vou levar ao presidente Carús, da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual eu faço parte. Nós temos que nos engajar no Parkinson e no câncer; outras doenças podem ser combatidas, mas nós temos que combater essas no momento. Nós queremos trazer aqui, para discussão na nossa Escola do Legislativo, a Aids, para os professores instruírem os seus alunos quanto à prevenção. Nós temos que fazer valer, sim, a prevenção ao câncer, que hoje é a segunda doença que mais mata no mundo. É hora de pensar. Esta semana, nós estamos justamente fazendo o combate a essa malvada doença que atinge a população do mundo inteiro. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Visivelmente não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h42min.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
029ª Sessão Ordinária 11ABR2019
